

**PLEBISCITO
CONSTITUINTE**
TEM QUE SER OFICIAL

Jornal da Campanha Nacional por um Plebiscito Oficial da Constituinte do Sistema Político

7,5 milhões de brasileiros dizem SIM à Constituinte para a Reforma Política

Foram 7.754.436 de pessoas que participaram do **Plebiscito Popular da Constituinte**, das quais 97,05% afirmaram que querem mudanças no sistema político através de uma Constituinte Exclusiva. Um fato histórico.

O resultado representa de forma clara a crise de representatividade atual, além de demonstrar que o povo quer mudanças profundas no Brasil, e quer ter a palavra, através de uma assembléia eleita exclusivamente para fazer a reforma política, abrindo caminhos para a resolução dos problemas históricos do povo brasileiro: distribuição da riqueza, da terra, da moradia, da educação, da saúde, dentre outros.

O **Plebiscito Popular** foi realizado de 01 a 07 de Setembro de 2014, por quase 500 organizações sociais, como Movimentos Sociais, Pastorais Sociais, Sindicatos, Grupos de Jovens, entre outros. Os votos foram realizados em mais de 40 mil urnas, em todos os estados do Brasil, e também na internet.

Não há dúvidas de que este resultado é uma grande vitória do povo brasileiro, pois foi organizado com trabalho voluntário de mais de 100 mil ativistas, que com escassos recursos, enfrentando a invisibilização da grande imprensa, mas com muita disposição em construir este grande debate com a sociedade brasileira.

Depois do Plebiscito Popular, é hora de mobilizar pelo Plebiscito Oficial

Em Outubro, a votação popular foi entregue em Brasília aos Três Poderes: executivo, legislativo e judiciário, por mais de 1500 jovens ativistas que participaram desta construção. Nesta ocasião, a presidenta Dilma Rousseff se manifestou favorável a Reforma Política através de uma Constituinte, e reiterou a importância da participação popular neste processo.

No ato da entrega, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, foram protocolados, em ambas as casas, Projetos de Decreto Legislativo, que regulamentam um Plebiscito Ofi-

cial, organizado pelo Estado Brasileiro, com a mesma pergunta do Plebiscito Popular. Se o projeto for aprovado, os eleitores brasileiros irão às urnas para dizer sim ou não à seguinte questão: "Você é a favor de uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político?"

Os setores mais conservadores, da direita organizada se recusam a aceitar a proposta da Constituinte, pois sabem que a abertura de um amplo debate sobre uma Constituinte exclusiva (com representantes eleitos exclusivamente para esta tarefa) coloca em

risco os históricos privilégios que estes detêm. Por isso, agora, seus representantes no Congresso Nacional correm para fazer uma reforma política às costas da população, para aprovar mais dispositivos que garantam suas regalias (saiba mais na página 3).

Mais do que nunca é preciso que estejamos unidos e mobilizados por esta bandeira, pois só a pressão popular, vinda das mobilizações de rua, pode fazer com que o desejo de profundas mudanças da maioria da nação seja atendido. Participe conosco dessa campanha!



Câmara em 2015 é menos representativa que a de 2010

O slogan “Com esse Congresso não dá, Constituinte Já!” nunca foi tão verdadeiro. Se o legislativo eleito em 2010 já não representava a população brasileira, o de 2014 se mostra pior. O atual congresso é o mais conservador desde 1964, ano do golpe militar.

A bancada sindical foi reduzida de 83 deputados para 46. Os negros de 8,5% (43 deputados) para 4% (22) e nenhum dos candidatos que se declarou indígena foi eleito.

Enquanto as mulheres representam 52% do eleitorado, na Câmara são 10%, 8 deputadas a mais que a última legislatura. O cenário se repete entre a juventude (até 34 anos): 39% do eleitorado; 10% dos parlamentares.

Entre as religiões também há discrepância. Enquanto as cristãs ganharam reforços, outras (principalmente de matriz africana) continuam com representação quase nula. Ao todo, foram eleitos 75 deputados da atual frente Parlamentar Evangélica.

Em contrapartida, 43% dos deputados eleitos são empresários, mesmo sendo apenas 4% do eleitorado. Dos 513 novos deputados federais, 48% são milionários. Os dados são do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O atual panorama preocupa movimentos, entidades, ONGs, partidos e a sociedade civil, por apresentar uma conjuntura muito difícil para as pautas sociais.

AVANÇOS LENTOS E RISCO DE RECUO

As pautas que beneficiam a sociedade estão longe de avançar. A drástica redução da bancada dos trabalhadores é um dado muito preocupante, especialmente num forte ambiente patronal.

O fantasma do recuo nos direitos trabalhistas volta a assombrar os trabalhadores.

O orçamento para 2015 propõe uma redução de pagamento de abono salarial em relação a 2014. Já a redução da jornada de trabalho sem redução no salário fica mais distante.

As Centrais Sindicais tentam evitar essa ofensiva, mas encontrarão dificuldades devido a diminuição no número de cadeiras.

A bancada ruralista aumentou no Senado e ganhou forças com a nomeação da Kátia Abreu para ministra da Agricultura. Na Câmara, 126 ruralistas fazem parte desta bancada, a favor do latifúndio e do trabalho escravo.

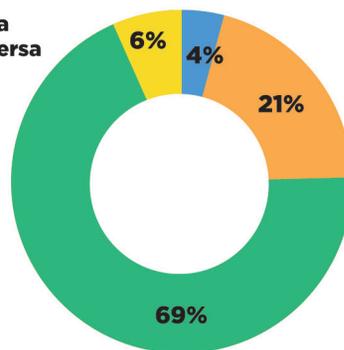
Uma Reforma Política com igualdade de gênero, etnia e participação dos trabalhadores é essencial. Por isso, os movimentos sociais convocam um Plebiscito Oficial para a Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, por um projeto popular para mudar as regras do jogo e torná-lo mais justo.



Os povos indígenas não têm nenhuma representação no Congresso Nacional

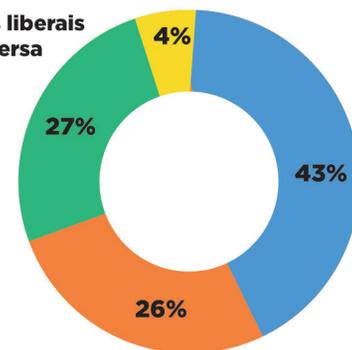
POPULAÇÃO

- empregadores
- empregados
- conta própria
- natureza diversa

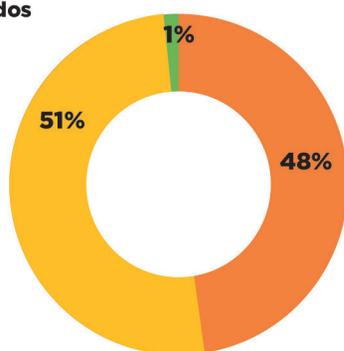


CÂMARA DOS DEPUTADOS

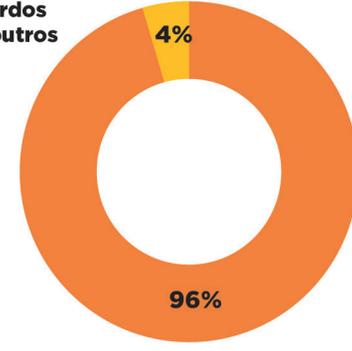
- empresários
- assalariados
- profissionais liberais
- natureza diversa



- pretos e pardos
- brancos
- amarelos

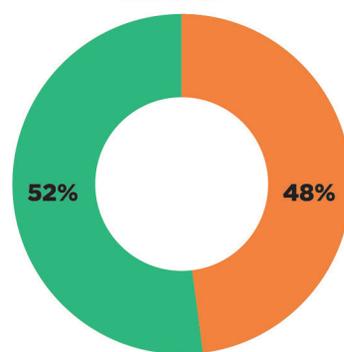


- pretos e pardos
- brancos e outros

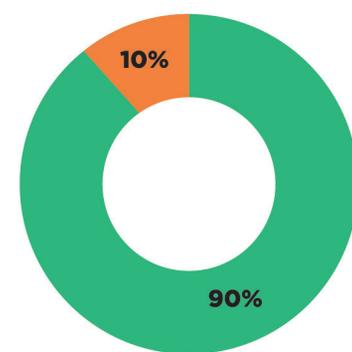


eleitores

- homens
- mulheres



- homens
- mulheres



Com doações milionárias, grandes empresas se tornam donas do Congresso

“Quem paga a banda, escolhe a música.” É com este ditado popular que a principal forma de financiamento das campanhas políticas no Brasil pode ser retratada. O ciclo vicioso começa quando grandes empresas injetam quantias exorbitantes nos partidos com o objetivo claro de terem seus interesses atendidos.

Apesar disso, mesmo sendo um método que abre brechas à corrupção e enfraquece a democracia, tais doações não são consideradas ilegais, de acordo com a nossa legislação.

Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o Grupo JBS – detentor, dentre outras, da marca Friboi – repassou R\$ 253 milhões para diferentes campanhas nas últimas eleições, tornando-se assim, o campeão de financiamentos.

FORMAÇÃO DE BANCADAS

“Hoje, temos uma distorção real, com o financiamento privado das campanhas. A fidelidade parlamentar deixa de ser com os eleitores e passa a ser com as empresas. Estamos vivendo uma total privatização da política”, comenta Renato Simões, ex-deputado federal pelo PT de São Paulo.

Simões, que participa ativamente da campanha pela Reforma Política junto a movimentos sociais, apresentou junto com a Deputada Luiza Erundina (PSB-SP), em outubro 2014, o Projeto de Decreto Legislativo nº1508 que pede a convocação de um Plebiscito Oficial para tratar do tema.

Acolhido por outros 181 deputados, número suficiente de assinaturas para dar início ao trâmite no Congresso, o projeto ainda aguarda votação e aprovação no Congresso Nacional.

Com o modelo de financiamento atual, as grandes empresas doadoras – desde empreiteiras e bancos até setores industriais –, constituem bancadas parlamentares para atender

aos seus interesses próprios.

EMPRESAS E CORRUPÇÃO

Na lista das 30 maiores doadoras nessas eleições estão nove empreiteiras responsáveis por obras públicas. Três construtoras: Queiroz Galvão, UTC Engenharia e Odebrecht – es-

“A fidelidade parlamentar deixa de ser com os eleitores e passa a ser com as empresas”

tão entre as 23 empresas participantes de um esquema de corrupção citadas na Operação Lava Jato, que investiga desvios de verbas da Petrobras.

De acordo com levantamento da Ong Transparência Brasil, realizado em outubro de 2014, os 513 deputados federais eleitos declararam ter recebido R\$ 168,3 milhões até a segunda parcial da prestação de contas em doações de campanha, feitas por 1.916 empresas.

Não é só na esfera federal que as doações milionárias acontecem. Nas últimas eleições municipais de 2012, as empresas privadas doaram a partidos políticos e candidatos mais de R\$ 4 bilhões. Só a Andrade Gutierrez, por exemplo, destinou R\$ 81 milhões.

Nas eleições de 2014, 513 deputados federais eleitos declararam ter recebido R\$ 168,3 milhões em doações de empresas

#DEVOLVEGILMAR

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) apresentou em 2011, no STF a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.650 com a finalidade de proibir o financiamento privado empresarial nas campanhas eleitorais.

O julgamento da ação foi iniciado em dezembro de 2013 e retomado em abril de 2014,

quando seis dos onze ministros foram favoráveis à proposta. No entanto, durante o julgamento, o ministro Gilmar Mendes, pediu vistas do processo e, desde então, permanece parado no STF.

“A inconstitucionalidade da atual legislação sobre financiamento de campanha por empresas deixará mais evidente e, portanto, mais passível de punição o uso de Caixa 2. Como só pessoas físicas poderão fazer doações dentro de um limite fixo estabelecido, a quantidade de recursos para campanhas eleitorais será menor do que o vigente. Atualmente, o volume de doações para os candidatos é tão volumoso que torna mais fácil para os candidatos mal intencionados mascarar supostas arrecadações ilegais”, diz trecho de uma nota de esclarecimento sobre a ação, publicada pela OAB.

Após a paralisação do processo da Ação Direta de Inconstitucionalidade nas mãos do ministro Gilmar Mendes, os movimentos sociais e políticos se organizaram em uma campanha denominada de “Devolve, Gilmar!” para fazer pressão em torno da postura do ministro na tentativa de destravar este ponto no STF.

A PEC DA CORRUPÇÃO

Na tentativa de apropriar-se da pauta da Reforma Política, a direita brasileira já está em movimento para uma ofensiva. O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), histórico defensor dos interesses das grandes empresas no Parlamento, criou uma Comissão Especial para tratar do assunto, com base na PEC 352, que dentre outros temas, pretende institucionalizar o financiamento privado de campanha.

Ricardo Gebrim, militante da Consulta Popular e integrante da Campanha da Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político, comenta este cenário: “A questão é simples. Eles sabem



Fabio Pozzebom/Agência Brasil

Eduardo Cunha, presidente da Câmara dos Deputados, considerado um dos parlamentares mais conservadores do Congresso

que tem muito mais a perder do que a ganhar. Capitaneados por Eduardo Cunha na Câmara dos Deputados aceleram ao máximo a famigerada ‘PEC da Corrupção’ para constitucionalizar a doação empresarial que só não foi derrubada pelo STF pela atitude escandalosa de retenção dos autos pelo Ministro Gilmar

Mendes. Querem acelerar uma contra reforma política para calar o tema que sabem ter um enorme apelo popular. Constituinte, nem pensar. Exclusiva jamais! Portanto, para enfrentar este argumento, basta verificar como as classes dominantes lidam com essa proposta.”

PROJETOS QUE PATINAM NO CONGRESSO:

_ SALÁRIO IGUAL PARA TRABALHO IGUAL, ENTRE HOMENS E MULHERES

_ REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO - SEM REDUÇÃO DOS SALÁRIOS -, PARA 40 HORAS SEMANAIS

_ TENTATIVA DE MUDAR O CONCEITO LEGAL DE TRABALHO ESCRAVO

_ AMEAÇA A DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS

A Constituinte como alternativa à crise que vivemos

Hoje está tão evidente que a Reforma Política é uma demanda urgente da sociedade brasileira que até os setores mais conservadores e retrógrados defendem esta bandeira, disputando a opinião pública sobre o que é Reforma Política e qual o seu conteúdo.

Na verdade, o que estes setores propõem é uma Contrarreforma Política, através da discussão e votação da PEC 352, ou PEC da Corrupção, na Câmara dos Deputados. Dentre os vários temas tocados nesta PEC (Projeto de Emenda Constitucional), não há dúvidas de que seu foco principal é a aprovação do financiamento empresarial de Campanhas Eleitorais, base da corrupção em nosso país.

A eventual aprovação desta medida representa um grande retrocesso para a nossa democracia, pois aprofunda ainda mais o atual poder econômico exercido na política, tornando o cerne do sistema corruptor uma ação legalizada.

Neste momento, unificar-se com todas as Campanhas e Articulações, como a Coalização pela Reforma Política Democrática e a “Devolve Gilmar!”, contra a PEC da Corrupção é central para a Campanha pela Constituinte.

Além disso, hoje somos ameaçados com outras “propostas” retrógradas, como a retirada de direitos trabalhistas e a retomada do debate sobre a privatização da Petrobrás, lutar contra essas ameaças é de suma importância para toda a população brasileira, por isso todos os setores populares e democráticos do país estarão unidos contra essas ações.

Frente à ofensiva dos setores conservadores, grandes aliados da grande imprensa brasileira, as forças populares não hesitarão na defesa de uma Constituinte do Sis-

tema Político, pois ela representa a principal alternativa para enfrentarmos a atual crise política e econômica que vivemos.

Constituinte do Sistema Político é capaz de dialogar com a ânsia de participação explicitada pelas ruas de Junho de 2013, propondo o aprofundamento de nossa democracia e ao mesmo tempo enfrentando os setores conservadores, que nunca aceitaram a participação e a decisão popular, pois são os maiores beneficiários do sistema político atual, legislando para as empresas que os financiam e não para o povo que os elegeram. Nossa Democracia foi sequestrada por meia dúzia de grandes empresas!

Neste sentido, a Campanha pela Constituinte atuará tanto na pressão por dentro do Congresso Nacional, através da pressão pela aprovação do PDL 1508 (Projeto de Decreto Legislativo, que propõe organizar um Plebiscito Oficial perguntando a todos os eleitores brasileiros se eles são favoráveis a uma Constituinte do Sistema Político), quanto na mobilização e ação popular, nas redes e nas ruas!

Se é verdade que temos o Congresso “mais conservador” desde 1964, também é verdade que não podemos recuar frente a essa realidade. É urgente nos mobilizarmos para enfrentar esta ofensiva, pois só teremos vitórias e conquistas para o povo brasileiro se formos capazes de trabalhar de forma organizada e ágil para fortalecer as forças organizadas e impulsionar um grande movimento de massas que tenha a Constituinte como bandeira política atual e urgente.



Mídia Ninja

Como participar desta campanha?

Os Comitês Populares são a ferramenta de organização para construir e participar da Campanha pelo Plebiscito Constituinte. Trata-se de um grupo de pessoas e/ou organizações que assumem a tarefa de organizar atividades que propagan-

deiem a Campanha. O Comitê pode ser organizado em bairros, escolas, universidades, sindicatos, igrejas, comunidades rurais, grupos culturais, ou seja, em qualquer lugar que se reúna um grupo disposto a organizar ações que dialoguem com quem

ainda não está no Comitê e ao mesmo tempo fortaleçam aquele grupo que já está. As atividades dos Comitês podem ser: debates, cursos de formação sobre o tema, panfletagens, palestras, mobilizações, atividades lúdicas e culturais, entre outras.

Já cumprimos a meta de ter comitês em todos os estados brasileiros, para os que já estavam participando de um, o desafio é retomar os contatos com todos os Comitês e pessoas que os organizaram locais de votação e outras atividades do Plebiscito Popular.

Mas além de retomar o que já construímos é necessário criarmos novos Comitês Populares e avançar em regiões que ainda não temos ações da Campanha, e quem sabe até o final deste ano teremos ao menos um comitê por município brasileiro!

contatos

	ACRE plebiscitoconstituenteac@gmail.com		DISTRITO FEDERAL plebiscitoconstituitedf@gmail.com		PARÁ plebiscitoconstituentepe@gmail.com		RIO GRANDE DO SUL constituinters@gmail.com
	ALAGOAS plebiscitoconstituente.al@gmail.com		ESPÍRITO SANTO plebiscitoconstituente.es@gmail.com		PARAÍBA plebiscitoconstituente.pb@gmail.com		RONDÔNIA plebiscitop@gmail.com
	AMAPÁ plebiscitoconstituenteap@gmail.com		GOIÁS plebiscitoconstituente.go@gmail.com		PARANÁ plebiscitopopularparana@gmail.com		RORAIMA plebiscitororaima@outlook.com
	AMAZONAS plebiscitoconstituente.am@gmail.com		MARANHÃO plebiscitoconstituente.ma@gmail.com		PERNAMBUCO plebiscitopopularpe@gmail.com		SANTA CATARINA plebiscitopopular.sc@gmail.com
	BAHIA plebiscitopopularbahia@gmail.com		MATO GROSSO plebiscitoconstituente.mt@gmail.com		PIAUI plebiscitoconstituente.piaui@gmail.com		SÃO PAULO plebiscitoconstituente.sp@gmail.com
	CEARÁ plebiscitoconstituente.ce@gmail.com		MATO GROSSO DO SUL plebiscitoconstituente.ms@gmail.com		RIO DE JANEIRO plebiscitoconstituente.rj@gmail.com		SERGIPE plebiscito.se@gmail.com
			MINAS GERAIS plebiscitopopularmg@gmail.com		RIO GRANDE DO NORTE plebiscitopopularrn@gmail.com		TOCANTINS plebiscitotocantins@gmail.com

Secretaria Operativa Nacional

R. Caetano Pinto, 575, Brás São Paulo-SP | 11-2108-9336 plebiscitoconstituente@gmail.com facebook.com/plebiscitoconstituente